



Anais da Assembléia

N. 132

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 112.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1987.
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Cândido Bastos e José Afonso Júnior.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti. (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 110/87

Curitiba, 03 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a alienação de 66,03% das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S.A.- BANESTADO, junto ao BANCO DEL PARANÁ S.A., ao preço mínimo de US\$ 2 milhões e 600 mil, dos Estados Unidos da América, que acrescido da quantia de US\$ 2 milhões e seiscentos e trinta e oito mil, dos Estados Unidos da América, correspondente ao aporte de capital adiante mencionado, perfaz o valor base, no montante de US\$ 5 milhões e duzentos e trinta e oito mil dólares, dos Estados Unidos da América, que poderá ser aplicado na expansão do próprio BANESTADO, com expressivos e imediatos benefícios ao desenvolvimento econômico de nosso Estado.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis consulta, portanto, os altos interesses do Estado do Paraná, pois como é do conhecimento dessa Assembléia Legislativa, que sobre o assunto instituiu Comissão Parlamentar de Inquérito. A atual situação do referido Banco é de extrema dificuldade, eis que para continuidade de seus negócios necessita de um aporte de capital mínimo de cerca de US\$ 2 milhões, seiscentos e trinta e oito mil dólares dos Estados Unidos da América o que, diante de propostas já existentes, será realizado pelos compradores das ações cuja venda se pretende seja autorizada. Além do mais, tal investimento por parte do Estado do Paraná ainda estaria sujeito às incertezas decorrentes de injunções econômico-financeiras de mercado externo e, portanto, alheias às ações políticas do governo estadual que, face à sua ocorrência, poderá até mesmo ver inviabilizada definitivamente a instituição financeira operante em terra estrangeira, sem possibilidade de tomar medidas que evitassem ainda maiores prejuízos além dos já constatados.

Cabe ainda ressaltar que, do texto da proposta ora formulada, consta dispositivo expresso no sentido de obrigar o comprador a prestar informações e franquear documentos sempre que solicitados pelo Estado do Paraná, em especial por essa augusta Casa de Leis, relativas às operações do BANCO DEL PARANÁ S.A., até a data da transação do mencionado capital acionário. Isso para que se evitem quaisquer óbices aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e de outros procedimentos, judiciais ou extra-judiciais, que visem apurar irregu-

laridades cometidas naquela instituição bancária.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizada a alienação, pela via jurídica adequada e mediante o preenchimento das formalidades legais, de 66,03% das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S.A., junto ao BANCO DEL PARANÁ S.A.

Parágrafo Único - Para a venda de que trata o "caput" deste artigo fica estabelecido o valor mínimo de US\$ 2 milhões e 600 mil (dois milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), para pagamento no ato da transação.

Art. 2º - No instrumento pela qual for efetivada a alienação de que trata esta lei, constarão cláusulas no sentido de que o comprador se obrigue a assumir todos os encargos do Banco Del Paraná S.A. e a franquear, sempre que solicitado pelo Estado do Paraná, em especial pela Assembleia Legislativa do Estado, e também pelo Poder Judiciário, documentos e informações relativos às operações realizadas pelo referido Banco até a data da transação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 111/87

Curitiba, 06 de novembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 30 de setembro de 1987, entre o Estado do Paraná e a Fundação Legião Brasileira de Assistência, objetivando: a) Creches Casulos, 37.585 crianças de zero a 06 anos, em regime de 04:00 horas, através da SEED; b) Reformas, Ampliações e Expansão Creche Casulo, desde que solicitadas, por entidades que mantenham Convênios/Contratos com a LBA e que resultem na criação de novas vagas para atendimento às crianças, ou solicitadas por entidades que se propõem a celebrar novos Convênios/Contratos de Creches Casulo, ampliando as metas do atendimento; c) Microempresas Sociais em Processo de Legitimação, proporcionando condições para funcionamento de 100 microempresas sociais, atendimento a 500 pessoas e 50 treinamentos de formação ge-

rencial e formação de mão-de-obra; d) Vacas Mecânicas, para beneficiar 150.000 crianças de zero a 09 anos, e 64.000 famílias de acordo com o projeto elaborado pelo Governo do Paraná anexo a este Termo; e) Registro Civil, com uma meta de 20.000 atos que serão executados pela SEJU. Os atendimentos constantes das letras b, c e d serão executados pela SETA.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 112/87

Curitiba, 11 de novembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos seguintes:

Nº e data do aditamento	data do Convênio aditado	Objetivo
4º - 04.08.87	15.07.83	Im- plantação de Pomares de Matrizes, visando o fomento da Fruticultura;
15º - 15.09.87	07.10.76	Execu- ção de Estudos e Pesquisas sobre o Mercado Agrícola;
14º - 07.10.87	02.06.79	Exe- cução dos Serviços de Classificação de Produtos de Origem Vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para o mercado interno.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 113/87

Curitiba, 11 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 009/87, celebrado em 21 de outubro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santa Terezinha do Itaipu, objetivando a aplicação de recursos em obras no Terminal Rodoviário da sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 114/87

Curitiba, 11 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 31/87, celebrado em 19 de outubro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Antonina, figurando o DER como interveniente, objetivando a restauração de pavimento das ruas e avenidas do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 115/87

Curitiba, 11 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Servidores Municipais de Goioerê, os lotes de terrenos de nºs 1 a 12, da quadra nº 112, da Planta Geral da sede do referido Município, os quais foram havidos pelo Estado conforme matrícula R.1-8004, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Segundo dispositivo expressamente contido no Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, os imóveis cuja doação se pretende efetivar, ficarão gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e serão exclusivamente utilizados na construção da sede da donatária e, assim, reverterão automaticamente ao patrimônio do Estado na hipótese de que seja dada outra destinação aos mesmos.

Há, ainda, no anteprojeto em questão disposição no sentido de que a objetivada doação ficará condicionada a providências que a donatária deverá tomar para resguardo de eventuais direitos de moradores que, a título precário, ocupam a área.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Servidores Municipais de Goioerê, os lotes de terreno sob nºs 1 a 12, que compõem a quadra nº 112, da Planta Geral da Cidade de Goioerê, havidos pelo Estado conforme matrícula R.1-8.004, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Parágrafo Único - Os imóveis referidos no "caput" deste artigo ficam gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e serão exclusivamente utilizados na construção da sede da donatária, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhes seja dada outra destinação.

Art. 2º - Para efetivação da doação de que trata a presente lei a donatária deverá, preliminarmente, tomar providências no sentido de resguardar eventuais direitos de moradores na objetivada área.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no inciso VIII, do Art. 15 da Constituição do Estado, licença

para desempenhar missão de caráter cultural no exterior, a partir do dia 21 do corrente mês até 21 do mês de dezembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que a este subscreve, vem respeitosamente solicitar ao Egrégio Plenário, propicie a mais de 1.300 famílias atualmente lançadas na intranquilidade e na desesperança, ocasião de serenidade, permitindo que se convoque a esta Casa o Excelentíssimo Senhor Deputado Mário Pereira, DD Secretário de Estado da Administração - em caráter de urgência - para que explique a esta Assembléia os critérios adotados pela chamada Comissão de Acúmulo de Cargos para a exclusão de servidores do Estado do serviço público.

Pedimos que o Secretário venha responder:

1. Sobre a fundamentação que deu origem a esta Comissão?
2. Sobre qual critério está sendo adotado para verificação da existência do acúmulo de cargos?
3. Qual o verdadeiro espírito adotado para esta verificação, já que há o grave perigo da generalização e da polêmica que não condiz com a seriedade do trato com os direitos dos trabalhadores, quanto ao verdadeiro entendimento do artigo 99 da Constituição Federal em vigor?

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Não se trata de proteger as acumulações de cargos imorais ou ilegítimas. Como o jurista Castro Aguiar, cremos que "em geral, as acumulações são nocivas, inclusive porque cargos acumulados são mal desempenhados."

No entanto, temos tido notícia de injustiças já cometidas pelo arbítrio dos membros da comissão, em generalizar a interpretação do artigo 99 da Constituição Federal.

Por exemplo: a professora aposentada Marisa Marilda Belon, que exerce a função, através de contrato individual de trabalho, junto ao DER, de assistente administrativa junto à Diretoria de Construção, está sendo caracterizada como culpada de "acúmulo ilegal de proventos com emprego público". Esta caracterização pusilânime não é correta. E há jurisprudência autorizada que comprova a nossa afirmação:

Uma pessoa INATIVA - que conquistou sua aposentadoria com longos anos de trabalho no magistério, e viu-se ainda com força de trabalho condenada a receber uma

remuneração vexatória - pode - inclusive nos termos da atual Constituição - tornar a vender ao Estado sua "força de trabalho", não caracterizando acúmulo de cargos.

Ensina o professor Helly Lopes Meirelles, no seu "Direito Administrativo Brasileiro", às folhas 414, que "(...) pela mesma razão, entendemos que atualmente inexistem óbices constitucionais à acumulação de cargos, funções ou empregos do serviço público, desde que o servidor seja remunerado apenas pelo exercício de uma das atividades acumuladas. Trata-se, todavia, de uma exceção, e não de uma regra, que as Administrações devem usar com cautela (...) Daí resulta que um Juiz, um Professor, um médico ou um ocupante de cargo técnico ou científico, aposentado poderá exercer legitimamente as acumulações previstas nos incisos do artigo 99".

A vinda do Deputado Mário Pereira a esta Assembléia, dará ao Estado do Paraná, representado pelo Governo e por esta Assembléia, neste episódio, a ocasião de evitar a injustiça por ignorância da lei. E poupará a muitas famílias de humildes servidores os penosos caminhos da busca da justiça por mandados de segurança, que embora seguramente sejam acatados, representarão perda de tempo e de dinheiro para quem já está oprimido pela difícil situação do nosso Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER sejam inseridos na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Bandeirantes, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios do direito prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

REQUER, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Secre-

tário de Estado da Cultura, Excelentíssimo Senhor Renê Ariel Dotti e ao Presidente do Banco Bamerindus S/A, Excelentíssimo Senhor José Eduardo Vieira, pela promoção e patrocínio da apresentação do "Balé do Teatro Guaíra", em Foz do Iguaçu, dia 07 do corrente, apresentando "Lendas do Iguaçu".

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos nossas congratulações aos promotores e patrocinadores deste brilhante evento, pelo fato de estarem divulgando a cultura paranaense através da dança, apresentando a lenda dos índios caingangues da formação das Cataratas do Iguaçu.

Parabenizamos pelo espetáculo belíssimo, que teve como cenário as belezas naturais das cataratas, digno de constar nos Anais desta Casa e na história paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata da presente sessão, de votos de congratulações à Fundação S.O.S. Pró-Mata Atlântica, que nesta data deflagra Campanha Nacional em defesa da Preservação da Mata Atlântica.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

Uma área de 2.000 km², considerada um dos principais ecossistemas litorâneos do planeta em termos de produção primária, será extinta em menos de 15 anos, o que ocasionará o desaparecimento de aproximadamente 200 mil espécies que vivem nesta região denominada Mata Atlântica, onde estão situadas as 10 cidades mais importantes do País.

A preocupação com essa ameaça levou à criação da Fundação SOS Pró-Mata Atlântica, que no dia 15 de novembro deflagrará ampla campanha nacional visando esclarecer e sensibilizar autoridades e a população, no que se refere aos perigos da extinção da Mata Atlântica. Além disso, a campanha visa arrecadar fundos junto à iniciativa privada para dar início ao Programa de Preservação e Educação Ambiental do complexo Estuarino-lagunar Iguape-Paranaguá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao município de Rio Negro pela passagem dos 117 anos de sua emancipação política.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Dr. ALCEU ANTÔNIO SWAROWSKI e ao Vice-Prefeito, Sr. SALUSTIANO KOBUS, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população rionegrense.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 15 de novembro marcará a passagem do 117º aniversário de emancipação política de Rio Negro.

O Município surgiu no ciclo do tropeirismo. Teve por longo tempo sua base econômica na indústria extrativa da madeira e erva-mate.

Quando Rio Negro completa 117 anos de emancipação política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Alceu Antônio Swarowski, Vice-Prefeito Salustiano Kobus, bem como todos os Senhores Vereadores irmanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, daí a firmeza de trabalho e progresso de toda sua população.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Rio Negro, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las, sempre contando com o apoio e a participação do povo de Rio Negro, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de congratulação à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pelo transcurso do 36º aniversário de sua organização, a ser comemorado no próximo dia 15 do corrente.

Fundada pelo Reverendo Harold Williams, em 15 de novembro de 1951, em São João da Boa Vista - SP, é hoje liderada pelo dinâmico presidente nacional, Reverendo George Russel Faulkner, a referida comunidade tem muito se destacado na pregação do Evangelho de Jesus Cristo e no serviço à coletividade.

Outrossim, aprovado este requerimento se dê ciência da decisão da Casa ao brilhante líder da igreja no Paraná, Reverendo Eduardo Zdrojewski.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado em Ata desta sessão, voto de louvor à equipe do Departamento de Imunologia da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, pelo isolamento do vírus da "Aids", um grande passo em benefício da humanidade.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa, à referida equipe, através do Dr. Bernardo Galvão.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam oficiados os Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, com cópia do teor para a Câmara Municipal de Dois Vizinhos, solicitando a demolição do prédio onde funciona a Escola Estadual Arnaldo Busato de 1.ª a 8.ª série, do Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, e a consequente construção de novo prédio escolar.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O edifício onde funciona a Escola Estadual Arnaldo Busato encontra-se em precárias condições de funcionamento, estando com toda sua estrutura comprometida, colocando em risco a vida e a integridade física dos professores e de centenas de alunos que para ela se dirigem diariamente.

Salientamos que tal providência é necessária e urgente, pois seu protelamento acarretará riscos desnecessários aos alunos e professores, bem como, em função da aceleração inflacionária, um aumento do custo da obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam oficiados os Senhores: Governador do Estado e Presidente da Telepar, com cópia do teor para a Câmara Municipal de Dois Vizinhos, solicitando a instalação de Posto Telefônico na Comunidade de Canoas no município de Dois Vizinhos - PR.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os moradores na Comunidade de Canoas têm que se deslocar à sede do Município para resolver problemas que poderiam muito bem serem solucionados pelo

telefone. Esta situação causa transtornos e aborrecimentos, além de despesas, muitas vezes desnecessárias, que são obrigados a fazer.

Saliente-se, também, que a referida comunidade possui atualmente uma grande população, comportando perfeitamente a instalação de um Posto Telefônico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Senhor Gentil Scalco, Prefeito do Município de Pérola, votos de felicitações pela passagem do aniversário do referido Município, comemorado no dia 12 de novembro.

Sala das Sessões, em 12.11.87

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam oficiados o Sr. Governador do Estado, o Conselho Estadual de Educação e a SUNAB, no sentido de coibir abusos cometidos por colégios particulares na cobrança de taxas de matrícula.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Os colégios particulares de Curitiba estão cobrando antecipadamente as taxas de matrícula, obrigando os pais a despendere uma quantia significativa, além do pagamento da semestralidade, para poder garantir para o ano seguinte, os estudos de seus filhos.

Na circular enviada pelo Colégio Bom Jesus aos pais de alunos, está claramente estabelecido: "O Colégio Bom Jesus, assim como os demais colégios de Curitiba, estarão realizando no período de 15 de outubro a 30 de novembro do corrente ano, a matrícula de seus alunos para 1988; independente do resultado escolar de 1987".

Além desta abusiva coação a que estão submetidos os pais, analisando a mesma circular constatamos outra, talvez mais grave. Senão vejamos:

Para o Pré-escolar e 1º Grau (de primeira a oitava séries).

- Até o dia 06.11.87 - O valor da matrícula é de Cz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados).

- A partir de 09.11 até 30.11.87 - O valor é de Cz\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzados).

Para o segundo Grau (de primeira a terceira séries).

- Até o dia 06.11.87 - O valor da matrícula será de Cz\$ 3.000,00 (três mil cruzados).

- De 09.11 até 30.11.87 - O valor será de Cz\$ 3.350,00 (três mil, trezentos e cinquenta cruzados).

Entendemos que sejam necessárias medidas enérgicas e urgentes, visando coibir esta verdadeira extorsão a que estão submetidos os pais de alunos matriculados nestes estabelecimentos, bem como estabelecer normas regulamentando a cobrança de matrículas, que é uma parte da semestralidade, somente dentro do respectivo semestre.

É claro que serão medidas paliativas, apesar de imprescindíveis, pois a solução do problema educacional em nosso País, e por extensão em nosso Estado, só se dará através de uma firme decisão política, privilegiando o ensino público e gratuito, com o objetivo de estendê-lo a toda a população e dotá-lo de melhor qualificação, para que ele se torne também uma opção aos pais, evitando, assim, que tenham que recorrer a estabelecimentos particulares, quando muitas vezes, são explorados por pessoas que almejam somente o lucro fácil, sem qualquer preocupação didática.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, mui Digno Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Santa Cruz", localizada no Jardim Santa Cruz, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Santa Cruz" presta relevantes serviços de atendimento social às crianças carentes daquela região. Esse trabalho, da maior importância para a referida coletividade, está comprometido em função de defasagem orçamentária. Por este motivo, a referida creche necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. César Benevides, MD Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Criança Feliz",

da Vila Guarujá, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Criança Feliz de Campo Mourão atende dezenas de crianças carentes daquele bairro e região. Esse trabalho vem sendo realizado ao longo dos últimos anos com bastante sacrifício e dedicação dos seus funcionários. Entretanto, atualmente, em razão da defasagem orçamentária, a creche necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Wilson de Andrade Ribeiro, MD Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Criança Feliz", localizada na Vila Guarujá, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Criança Feliz" da Vila Guarujá, atende condignamente as crianças necessitadas daquela região. A dedicação e o esforço de seus funcionários faz com que os trabalhos prestados sejam da melhor qualidade e imprescindíveis para os moradores daquela região. Entretanto, em razão de defasagem orçamentária, a creche necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Wilson de Andrade Ribeiro, MD Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Cruz, localizada no Jardim Santa Cruz, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Cruz é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, através do atendimento às crianças carentes. Atualmente, em função da defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços aos moradores daquela região.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 327/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o DEPARTAMENTO DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL "VÓ DURVINA", com sede e foro em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Ação e Promoção Social "Vó Durvina", foi fundada em 10 de outubro de 1984, por um grupo de pessoas preocupadas com a situação de nossos irmãos em dificuldades.

Desde então, tem se dedicado a inúmeras tarefas visando trazer para uma vida melhor e mais digna, pessoas doentes, desempregadas, mal empregadas, enfim, carentes. Para atingir sua finalidade, a entidade, além de se empenhar diretamente para conseguir melhorar a situação de seus protegidos, vem ministrando diversos cursos para dar condições aos necessitados de conseguirem aumentar sua renda familiar.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas e posterior sanção por parte de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do Partido dos Trabalhadores, Deputado Pedro Tonelli, se fará uso do seu horário, digo, do seu tempo, e lhe concedo 8 minutos e trinta segundos, para proferir sua oração.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A grande novela da Nova República acaba de completar mais um capítulo, o capítulo anunciado pelo Presidente da República, José Sarney, pois os que não aprovarem cinco anos de mandato para a sua presidência, serão seus inimigos.

Certamente, nenhuma surpresa, nenhuma novidade. A única novidade, talvez, é para aqueles que ainda acreditavam que o bom senso da Nova República prevalecesse. O tratamento dos que pensam diferente dele, tratamento como adversário, realmente é uma prática que está sendo convivida na nossa Nação, desde a maioria das prefeituras, até a Presidência da República. E isso nos leva a assinar embaixo de que nós realmente vivemos num regime de ditadura.

Num regime com mais de 40 partidos legalizados, onde vários segmentos representativos, com força nacional, com diferentes pensamentos de correntes políticas, tanto ideológicas quanto práticas, admitir

que quem pensar diferente do Presidente, é seu adversário, só é possível numa Nação onde o poder é altamente centralizado, ao qual temos que chamá-lo de um poder da ditadura.

Portanto, fica registrado que a Aliança Democrática realmente não foi capaz de fazer avançar um processo democrático na nossa Nação.

Um Presidente dito transitório, que não é constituinte, a Nação brasileira está botando fé na Assembléia Nacional Constituinte, que é quem deve estabelecer as regras do jogo do funcionamento da Nação brasileira, dos mandatos exercidos nesta Nação, o Presidente se antepõe e dá um grito de alerta a todos os constituintes, dizendo que ele quer cinco anos "a todo pano", senão ele irá tratá-los como seus inimigos.

Portanto, é repudiável essa atitude, e o Partido dos Trabalhadores não pode acatar e a repudia, também, nesta Casa. Mais repudiável do que as atitudes do Presidente da República, Sr. José Ribamar, nós temos que repudiar também aqui neste dia e nesta Casa, as atitudes de outros que foram eleitos pelo povo, e que agora estão traindo as aspirações populares, entre eles o Sr. Governador do Paraná, Álvaro Dias, que já faz muito tempo está apoiando pública e abertamente, cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney.

Essa atitude também merece uma ação de repúdio desta Casa. Não podemos admitir que um Governo eleito diretamente, com compromissos populares apoie veementemente, como vem fazendo, cinco anos para José Sarney.

Assim, não só no mandato do Presidente, mas também na questão da Reforma Agrária, quando a União Democrática Ruralista se sentiu questionada pela Assembléia Nacional Constituinte, especificamente na Comissão de Sistematização, o Presidente da República se antecipa no decreto que garante os direitos dos latifundiários brasileiros, num decreto presidencial. E da mesma forma o Governador do Estado do Paraná antecipa-se e dá respaldo e apoio político às atitudes do Presidente da República e passa a exercer da mesma forma, aqui no Estado do Paraná, medidas anunciadas no dia de ontem, onde procura reprimir, despejar as 14 ocupações dos trabalhadores do Movimento dos Sem-Terras e com informações inclusive contraditórias, onde o próprio Secretário da Reforma Agrária anunciam que vão executar os despejos decretados pela Justiça, a iniciar pelas últimas ocupações. E é bom lembrar que das três últimas ocupações de nenhuma foi decretado o seu despejo pela Justiça, ainda.

Então como que se vem a público anun-

ciar o despejo das 14 ocupações, decretadas pela Justiça a iniciar por aqueles que foram ultimamente ocupadas, sendo que essas últimas ainda não foram decretadas pela Justiça? Por isso, nós, trabalhadores paranaenses e brasileiros, a Nação brasileira não pode mais viver iludida com contradições tão antagônicas e com contradições tão desmascaradas como essas cometidas desde o Presidente até os Governantes deste Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

Vossa Excelência tem oito minutos e trinta segundos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, demos entrada à Mesa da Presidência, de três pedidos de informações baseados em reportagens feitas pelo "Jornal do Estado", enfocando com muita propriedade a situação do Fundo Penitenciário, os recursos advindos das custas judiciais e que, segundo as informações contraditórias das Secretarias dos órgãos envolvidos nestes casos, acabaram sendo estampadas nas reportagens do "Jornal do Estado". E em função exatamente das contrariedades, em função das desinformações prestadas pelos responsáveis pelos setores é que encaminhamos à Mesa três pedidos de informações.

Lamentavelmente a maioria do Plenário entendeu rejeitar esses pedidos de informações e, conseqüentemente, tolher mais uma vez o direito do Parlamentar de fiscalizar os atos do Governo.

Na prática será verdade séria, até, a democracia que se implanta neste País porque uma das poucas prerrogativas que tem o Parlamentar ainda é a de, pelo menos, tentar fiscalizar os órgãos do Governo. E isso nós temos constatado que não tem sido permitido nesta Casa, em especial aos Parlamentares da Oposição.

Havia eu feito três pedidos de informações, um encaminhado ao Secretário da Justiça do Estado do Paraná, porque afinal de contas, segundo as reportagens, no ano de 1986, não teria sido feito o repasse da verba correspondente ao Fundo Penitenciário. E é uma verba realmente significativa para o Fundo Penitenciário, e isso, segundo o jornal nas suas reportagens, não teria sido repassado.

Então, baseado nisso tudo é que fizemos esses três pedidos de informações ao Secretário da Justiça: qual o montante repassado pela Secretaria das Finanças dos recursos provenientes da arrecadação da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais nos exercícios de 84, 85 e 86 e no presente exercício até o mês de outubro? Em que datas foram feitos tais processos pela Secretaria de Finanças e recebidos pela Secretaria de Justiça? Qual a aplicação desses recursos nos exercícios mencionados no item 1 deste pedido? Existe algum plano de aplicação para o presente exercício dos recursos provenientes da taxa já mencionada e se este plano de aplicação de tais recursos para o exercício de 1988, e qual a previsão de arrecadação desta taxa adicional para o exercício de 1988?

Este é o pedido feito ao Secretário da Justiça e ao Secretário das Finanças também. Qual o montante arrecadado através desta mesma taxa e com 12 itens pedindo resposta da aplicação; o que é que foi aplicado, se chegou até a Secretaria das Finanças, se ela repassou, não repassou, ou se, de repente, está se montando mais um caixinha 2, a exemplo do PROMOPAR.

Requerimento idêntico foi encaminhado ao Secretário do Trabalho e Assistência Social, querendo também saber qual o valor total já recebido por esta Secretaria no presente exercício dos recursos provenientes da cobrança de taxa adicional, cobrada sobre as custas judiciais e em que datas foram feitos os repasses destes recursos. Quais os programas de assistência aos menores beneficiados pelos recursos em questão. Quais as etapas dos programas que já foram cumpridas. Tais recursos estão sendo aplicados em programas desenvolvidos por entidades particulares e, se estão, quais são essas entidades beneficiadas? Qual a aplicação prevista dos recursos provenientes da cobrança da taxa adicional para o exercício de 1988, e qual o valor repassado para afastar, de toda essa taxa?

Infelizmente, nós, Parlamentares da Oposição, não temos direito a essas informações, não temos direito a, evidentemente, saber onde é que foi aplicado, se foi repassado, o que é que foi feito com essa verba do Fundo Penitenciário bastante discutida e que até hoje, na prática, não vemos, evidentemente, a sua aplicação em benefício do sistema penitenciário do Estado do Paraná, que está caótico, que está falido.

Esta é a posição deste parlamentar, que queria ver aprovados esses requerimentos, esses pedidos de informações para que, evidentemente, a população soubesse quando tem cobrada as custas judiciais em cartório, saber que o Governo do Paraná

está aplicando esta verba para, evidentemente, equipar melhor o sistema penitenciário do Estado do Paraná, para a construção das penitenciárias agrícolas, para as melhorias dentro do sistema.

E, lamentavelmente, a bancada do PMDB, do Partido do Poder, não permitiu que a Oposição e que os parlamentares pudessem, evidentemente, aprovar esses três pedidos de informações. Isso vem, conseqüentemente, em prejuízo desta Casa e em prejuízo da classe política que não vê aceita uma das suas poucas prerrogativas que ainda tem que é a de fiscalizar os atos do Governo.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, a propósito da sua intervenção, eu gostaria de me associar à sua perplexidade, em que esta Assembleia também se transforme numa Casa de cassação dos direitos dos outros Deputados de indagarem a propósito do que vai ou do que são os atos do governo. Eu não vejo porque não se possa aprovar aqui no Plenário os pedidos de informação. Aliás, na Lei Orgânica do Município de Curitiba, quando fomos vereadores, percebíamos que esta lei grafada no período do autoritarismo - em 1975 -, aprovada pelo ex-Prefeito Saul Raiz, permite que os vereadores perguntem o que quiserem para o Executivo e terão a resposta dentro de 30 dias, regulamentados por lei.

Eu não sei de que tem medo a nossa Assembleia no momento em que cada vez mais, especificamente de que tem medo a Bancada oficial quando se faz um pedido de informação, ou a convocação de um Secretário de Estado, sistematicamente se nega a prestação das devidas informações.

Também quero saber onde vai o dinheiro do Fundo Penitenciário. Aliás, já dei entrada num projeto de lei nesta Casa pedindo a extinção da contribuição do Fundo Penitenciário, porque de acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e de acordo com o eminente jurista Mansur Teóphilo Mansur, este Fundo Penitenciário é cobrado duas vezes pela mesma taxa que o Estado presta. Pelo menos no serviço que o Estado presta, qual seja, o serviço de assistência policial e de carceragem...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência lembra ao orador que está encerrado o seu tempo, porém lhe dá mais dois minutos para conclusão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado. Tem a palavra, Deputado.

O Sr. Rafael Greca - Só para concluir, dizendo que as negativas da Bancada ofi-

cial têm resposta nas fugas, como por um muro da Penitenciária na semana passada, de quatro presos aidéticos do Manicômio Judiciário do Estado. O Fundo Penitenciário devia ter feito um muro melhor, ou quem sabe, providenciado recurso melhor para o atendimento destes infelizes.

Era isto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado

Rafael Greca, quero lhe dizer que na segunda-feira entrarei com uma Questão de Ordem junto à Mesa da Casa, exatamente a respeito dos pedidos de informações, porque não podemos entender que o parlamentar não tenha direito de ser informado quando faz as solicitações. E não se pode entender como os homens do Governo dizem que suas secretarias estão abertas a quem quer que seja, para que sejam fiscalizadas. E que no entanto nesta Casa se adota uma outra posição, onde a Bancada majoritária não permite que um requerimento, que um pedido de informações, venha a ser aprovado.

É por esta e por outras que até hoje não se explicou ainda a questão do jogo do bicho, tão comentado nacionalmente nos últimos dias. E é por estas e por outras que está aí o escândalo do PROMOPAR, que envolve o Sr. Osmar Dias e o Sr. Teóphilo Bacha. Na semana que vem, voltaremos à carga, aqui desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado consulto a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria, inicialmente, em nome da Bancada, congratular-me com o ilustre Deputado Rafael Greca, por ter assumido a Liderança de sua Bancada nesta Casa, substituindo o Deputado Antônio Belinati, que haverá de dedicar-se mais à sucessão municipal de Londrina.

Assim sendo, assume a liderança da Bancada, sempre presente do PDT, nesta Casa, o Deputado ilustre, Rafael Greca, competente, culto, capaz, e que tem participado constantemente de todos os acontecimentos políticos do Estado nesta Casa.

Feito este registro, até de caráter pessoal, desejo proceder à leitura de uma nota que a nossa bancada, a Bancada do PFL, distribuiu em razão dos fatos que envolveram o afastamento do ilustre Deputado

Algaci Túlio, de sua atividade profissional. (Lê):

"A suspensão aplicada ao radialista e Deputado Algaci Túlio (PDT), pela direção da emissora em que mantém programa líder de audiência no horário, mereceu o repúdio da Bancada do PFL na Assembléia Legislativa do Estado. Em nota que distribuiu ontem, em nome da bancada, o Líder Basílio Zanusso protesta contra a medida, "urrida no Palácio Iguaçu, conforme já se tornou público, e que não passa de uma represália à atuação do Parlamentar", por cobrar a apuração das denúncias que "envolvem figuras do Governo estadual no rumoroso escândalo da PROMOPAR".

É o seguinte o texto da nota expedida pelo PFL:

"A Bancada do Partido da Frente Liberal na Assembléia Legislativa do Estado, por seu Líder, Deputado Basílio Zanusso, quer de público registrar o mais veemente protesto contra o afastamento do nobre Deputado Algaci Túlio de seu programa radiofônico, em que é líder absoluto de audiência na Região Metropolitana de Curitiba.

Por outro lado, reconhecendo que a suspensão, ao que tudo indica, foi tramada no Palácio Iguaçu, conforme já se tornou público, devido às cobranças de apuração do escândalo do PROMOPAR, entende que a medida atenta contra a liberdade de expressão e de crítica, característica maior de uma verdadeira democracia.

Admitindo ainda, que com esse gesto autoritário o Governo estadual quer silenciar todas as vozes da Oposição, a Bancada do PFL não só denuncia o fato à opinião pública paranaense e brasileira, como proclama sua solidariedade ao companheiro Deputado e radialista, e repudia o gesto de prepotência, que bem revela a verdadeira face de um governo que se proclama transparente e democrata, mas que na prática, mostra-se opaco e intolerante."

Esta é a nota oficial do Partido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a bancada distribuiu. Devo acrescentar que a medida de afastamento do ilustre Deputado de suas atividades profissionais e aí é que está a maior gravidade, porque não era só o Deputado Algaci Túlio de Oposição, que esteve frente ao seu microfone, fazendo o seu programa não só ouvido pela grande Curitiba, e municípios adjacentes, era o profissional que informa a população há longos anos e foi tolhido, justamente aí no exercício livre da sua posição, porque era uma voz, era uma palavra de oposição que pouco se escuta no Estado do Paraná. Por que uma medida dessas, já que o Senhor Governador do Estado vem obtendo nas pesquisas que manda constantemente realizar, porque ele se preocupa com a sua imagem e com a do seu partido? Por que tirar Algaci

Túlio de uma emissora de rádio? Porque tirar um Deputado da Oposição, humilhando-o? Talvez a suspensão que lhe foi imposta por recomendação do Palácio Iguaçu e de seu Partido tenha sido mais contra o Deputado do que do funcionário da imprensa livre, que nós julgamos, e que o PMDB fala em vezes altas nesta Casa, há 20 anos, clamando por liberdade de palavra de expressão e agora, que um Deputado de Oposição, o mais votado de Partido de Oposição nesta Casa, ocupe o seu lugar, o seu horário, dentro de sua profissão, que exerce desde antes de ser Deputado. Porque a palavra não é de bajulação ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela Ordem. Concedo o aparte ao Senhor Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Nobre Deputado Basílio Zanusso, no momento em que agradecemos a Vossa Excelência a generosa e brilhante intervenção, primeiro em relação à mordaga que se pretende impor ao Deputado Algaci Túlio, e também agradecemos a sua generosa referência à pessoa deste Deputado associamo-nos à sua perplexidade e à sua indagação a propósito de porque se calar o Deputado Algaci Túlio. Reafirmamos o que dissemos na Tribuna, na data de ontem, quando ouvimos o Líder do Governo explicar o episódio, aliás tentar explicar o episódio. Ficou claro que foi tudo urdido no Palácio Iguaçu, porque, em nenhum momento, ontem, os Senhores Deputados do Governo negaram ser uma medida meramente da empresa empregadora do Deputado Algaci Túlio. Em todo o tempo se afirmou categoricamente, quase a inocência do Senhor Osmar Dias e a prepotência de que esta inocência precisasse ser aprovada pela mordaga em cima do Deputado Algaci Túlio, além dos argumentos de comprovada inocência, que o Senhor Osmar Dias, nos Tribunais, poderá perfeitamente usar a seu favor. Como cidadão, como cidadão, não como membro do Estado, porque a família do detentor do poder, a família do governante, nas democracias, não encarna o Estado. Quando um membro da Casa de Windsor é ofendido pela imprensa inglesa, aí, o Procurador Geral da Realidade representa a favor da casa real, da família real. No entanto, quando um Secretário de Estado é ofendido, ele deve se defender como cidadão normal que é! Nós nos associamos à sua perplexidade.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concluindo, para apenas dizer que o episódio que envolveu o afastamento do Deputado Algaci Túlio da emissora onde prestava os seus serviços profissionais, e isso aconteceu por não fazer a vontade de seus donos, certamente, o episódio é muito mais sério do que o envolvimento com o Senhor Osmar Dias. Não tive oportunidade de falar sobre o assunto, porque também fui envolvido no programa tão ouvido do nosso Deputado Luiz Carlos Alborghetti, "Programa Cadeia", porque nós não temos nada contra a pessoa do Senhor Osmar Dias, é um episódio passado, ninguém falou em família de ninguém, até quem denunciou que os recursos da PROMOPAR foram para a campanha do PMDB, nem eles disseram que haviam se locupletado de valores o Senhor Bacha e o Sr. Osmar Dias. A denúncia está, e eu repito de que recursos que seriam destinados à pobreza e a miséria da PROMOPAR, para atender os carentes do Paraná, foram desviados para a campanha rica e faustosa do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu tempo.

Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

No horário da liderança Vossa Excelência falará em nome do PMDB.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quem diria, quando no passado detentor de vários mandatos aqui nesse Poder Legislativo, pertencendo às fileiras da ARENA, o partido que desgraçou essa Nação brasileira, que deu esta grande herança ao PMDB de hoje, o ilustre Deputado, Líder do PFL, Deputado Basílio Zanusso, vem criticar o PMDB, dizendo que o PMDB cortou os direitos do Deputado Algaci Túlio no rádio.

A princípio, como disse o Líder do Governo do Paraná, não tenho nenhum conhecimento de que o PMDB possui alguma rádio na capital.

Vossa Excelência alega que cercearam o direito da voz, mas eu me lembro, com a Revolução de 1964 e Vossa Excelência ajudou a sustentação ao regime autoritário, regime esse em que quantos e quantos estudantes foram espancados por esse País afora; quantas lideranças pediam democracia neste País e foram massacradas, espezinhadas pelo partido de Vossa Excelência. E, graças a luta incansável do ex-MDB, aqueles que empunharam a bandeira do MDB, muitos e muitos ao percorrer as estradas do Brasil empunhando a bandeira, tombaram pelas estradas. Outros resistiram na cami-

nhada, continuando, levando a sua Mensagem ao povo brasileiro, mas cerceados pelos órgãos de imprensa, que não permitiam ao MDB do passado o acesso livre a imprensa de defesa, apenas para conclamar o País a dar ao povo brasileiro aquilo que se diz liberdade. Liberdade que já existia no Hino Nacional Brasileiro e que não se cumpria através do regime de ditadura e de violência implantada neste País e que Vossa Excelência tanto ajudou.

Vossa Excelência defende tanto, como, o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Rafael Greca àqueles que roubaram os cofres do Paraná, que roubaram o dinheiro do povo do Paraná, o dinheiro sagrado dos impostos que os paranaenses pagam, esperando em contrapartida os benefícios para os municípios e o Estado.

Vossas Excelências que defendem e que até não entendo o porquê deste comportamento. Se Vossas Excelências, através do Secretário de Estado Agricultura e Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias, que já cansei de dizer nesta tribuna continuarei dizendo, através ...

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Concederei o aparte a Vossa Excelência, da mesma forma como Vossa Excelência me concedeu.

O Sr. Basílio Zanusso - Mas eu não me dirigi a Vossa Excelência, pessoalmente!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossas Excelências procuram denegrir a imagem do grande Secretário que já deu provas do trabalho na Universidade de Bandeirantes, ou na Faculdade, já deu provas, na CAFÉ DO PARANÁ. A CAFÉ DO PARANÁ, no passado, beneficiava meia-dúzia de políticos deste Paraná, e não atendia os seus objetivos que eram o Agricultor Paranaense!

É isso, Deputado Basílio Zanusso, Deputado Algaci Túlio e Deputado Rafael Greca. Acho que nós podemos condenar, mas condenar, com certeza, com firmeza e com responsabilidade.

O Deputado Algaci Túlio condena, constantemente, o Senhor Secretário de Estado da Agricultura porém eu acho que acima de tudo, Deputado Algaci Túlio, não tem condições morais para criticar o Secretário, uma vez que o Deputado está cheio de processos, na Capital paranaense.

O Sr. Algaci Túlio - Aliás, há uma diferença muito grande, não sou bajulador...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência passa por cima de tudo, não tem condi-

ções morais, quando está nas malhas da Justiça, para ser julgado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, o orador que ocupa a tribuna, com todo o respeito que tenho por Sua Excelência, está desrespeitando esta Assembléia que votou um diploma legal pedindo o respeito do Judiciário às imunidades parlamentares do nobre Deputado Algaci Túlio. De maneira que são impertinentes e impropriedades as suas afirmações, porque esta Assembléia, pela unanimidade dos seus membros - e eu não vi Vossa Excelência, que ocupa a tribuna, Deputado Dirceu Manfrinato, votar contrariamente na ocasião - por espírito de corpo e por espírito de justiça já se resolveu esta questão, encerrada, aliás, dos processos do nobre Deputado Algaci Túlio.

Assim sendo, eu encareço de Sua Excelência seja respeitado o Poder Legislativo. Que venha a Liderança do Governo e a Liderança Oficial trazer, com argumentos, a justa, digna e conveniente defesa dos membros do Governo, jamais, com ofensas aos Deputados da nossa Bancada.

Era isto, Senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Continua com a palavra, o orador que se encontra na tribuna.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito de Vossa Excelência, Senhor Presidente, descontinuar o tempo em que fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência será atendido.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Ilustre Deputado, eu votei realmente e votaria a favor de qualquer outro Parlamentar deste Poder Legislativo.

Vossa Excelência não pode confundir Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo, se votei foi porque sempre pregamos a imunidade parlamentar e que ela tem que ser respeitada e foi rasurada, também, por ocasião da Revolução de 1964 e hoje os Parlamentos estão resgatando a imunidade parlamentar. Mas nada impede, nada me impede de dizer ao Paraná, aos Senhores Deputados e ao Senhor Presidente, que as pessoas que estão com uma série de processos não devem vir a este Parlamento criticar os homens sérios como o Governador Álvaro Dias e como seu irmão, o Secretário Osmar Fernandes Dias.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência concede um aparte?
(Assentimento).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência lembra Vossa Excelência, que o seu tempo está esgotado, porém, democraticamente lhe dará mais 2 minutos.

O Sr. Nestor Baptista - Eu declino do aparte, então, para que Vossa Excelência possa concluir seu pronunciamento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, disse e continuo dizendo: quisera o Brasil estar bem governado como está governando o Paraná o Governador Álvaro Dias.

Essas acusações são exatamente o desespero das oposições do Paraná que sentem já a preocupação do futuro com grande prestígio do Governador Álvaro Dias com relação às eleições de 1988.

Nós sabemos e o povo do Paraná sabe que a presença do Governador Álvaro Dias nos municípios paranaenses terá grande repercussão e dará uma grande vitória ao PMDB no Paraná através do apoio desse grande Governador, que assumiu um compromisso com a sociedade do Estado e está realmente cumprindo essa missão que lhe foi outorgada.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)
Senhor Presidente.

Não podemos ficar calados diante das infâmias e das acusações maldosas feitas pelo Deputado Dirceu Manfrinato, representante de Cianorte, que tem contra si toda uma bancada de Vereadores naquela cidade, e que tentou se escorar atrás da sombra do Governador Álvaro Dias, que lá levou para poder amenizar a sua situação. E dizer que a nossa posição não é uma posição contra o Sr. Osmar Dias, poderia ser qualquer outra pessoa, não importava quem fosse, mas a nossa foi de jornalista enfocando o assunto jornalístico e não se atendo especificamente a respeito dessa ou daquela pessoa. Como foi o Sr. Osmar Dias poderia ser qualquer outra pessoa. Não há por parte deste Parlamentar nenhuma campanha para difamar o Senhor Osmar Dias e muito menos o Governador do Estado do Paraná, pelo contrário, dessa tribuna e da tribuna da Rádio Independência em muitas ocasiões apoiei as medidas do Senhor Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente.

Eu já denunciei na tribuna desse Poder Legislativo as razões do problema do Município de Cianorte. Se Vossa Excelência não sabe, Deputado Algaci Túlio, os Vereadores que saíram do PMDB e foram para o PFL são Vereadores que eu denunciei aqui na tribuna que estavam recebendo 200 litros de gasolina da Prefeitura de Cianorte para passear nas ruas de Cianorte e até mesmo nas praias paranaenses, e é por isso que deixaram o PMDB, mas para esse Deputado apenas o PMDB foi expurgado dos corruptos, aos quais talvez Vossa Excelência dê apoio, como dá apoio a essas ladras. Nós não damos apoio a corruptos e principalmente quando são homens que são detentores de poderes que o povo escolheu e elegeu. Nós denunciemos e continuaremos denunciando pois pessoas que vivem de mordomias do dinheiro do povo nós não queremos dentro do nosso Partido.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Por Questão de Ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

(Conversas paralelas).

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu não as conheço, e se o PMDB tiver que se expurgar de corruptos, evidentemente, que vai sobrar muita pouca coisa nesse Partido.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença do Senhor Vereador Chiquinho Santos de Matinhos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente.

Observei a Sessão de hoje e a última frase do Deputado Algaci Túlio atingiu toda a Bancada do PMDB, e gostaria de fazer um desafio público ao Deputado Algaci Túlio onde coloco, nobre Deputado, o meu mandato, para que Vossa Excelência encontre, no meu passado qualquer deslize moral.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não o nomeiei; não o nomeiei.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Qualquer deslize moral, Senhor Presidente, entrego o meu mandato, se for encontrado. Como a grande maioria da Bancada do PMDB, faço o mesmo desafio ao Deputado Algaci Túlio, que disse: se todos os corruptos deixarem o PMDB, vai sobrar pouca coisa.

É um desafio sério que faço ao nobre Deputado Algaci Túlio. Respeitosamente reitero o desafio, em nome da Bancada do PMDB.

A Bancada Majoritária na Casa não vai admitir, calar, e não vai se curvar mediante tal acusação.

Portanto, desafio o Deputado Algaci Túlio a colocar também o seu mandato à disposição, se encontrar corrupção na bancada do PMDB. E, que aceite também a recíproca. É o posicionamento da Bancada de 37 Deputados, aqui, até como atitude de respeito aos 54 Deputados que compõem este parlamento, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Eu queria simplesmente chamar a atenção de que esta Casa é uma Casa para a gente apreciar deslizes políticos, e isto sim, eu acho que deveria ser colocado em discussão. Vamos colocar em avaliação os deslizes políticos, esses sim devem ser avaliados. Porque esta Casa é uma Casa política e não é de meia dúzia de pessoas, é representativa da classe política paranaense. Portanto, eu chamo a atenção para que todos os partidos políticos e os parlamentares, representantes nesta Casa, portanto, se preocupem com os deslizes políticos, e não com os deslizes particulares.

Muito obrigado.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando licença para desempenhar missão de caráter cultural no exterior, a partir do dia 21 do corrente mês, até o dia 21 de dezembro próximo. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Solicito verificação de quorum.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que

faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º Secretário - (Cândido Bastos)
(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Trinta e três Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação. Antes, porém, esta Presidência tem a honra de comunicar que está presente neste Plenário o Deputado Federal Max Rosemann, que muito nos honra com a sua presença. Presente, também, o Dr. Hélio Manfrinato, ex-Deputado Estadual, hoje diretor, que nos honra com a sua presença.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Distrito Administrativo de Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas, que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. (Public. no DA. n. 71/86 de 27.06.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 156/86

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o presente Plano de Lei tem por finalidade criar o Distrito Administrativo de Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

No que concerne ao mérito, a Proposição é de absoluta oportunidade e justiça, visto que a comunidade de Marcelino merece ser elevada à categoria de Distrito Administrativo.

Em tais condições, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos da Casa, somos da opinião Favorável à Aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 156/86

P A R E C E R:

Autor: Deputado Anibal Khury

Súmula: Cria o Distrito Administrativo de Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo

nome e divisas que especifica.

O Plano de Lei em exame, de autoria do Nobre Deputado Anibal Khury, visa a criação do Distrito Administrativo de Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente pois a medida proposta, no que concerne ao mérito da questão, não encontra impedimento de natureza legal, além de vir a trazer benefícios à Comunidade da Colônia de Marcelino, conforme a justificativa apresentada.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, dando parecer Favorável à Aprovação do Projeto de Lei n. 156/86.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

LAURO LOBO ALCÂNTARA

Relator

Aprovado. O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá fazer a verificação de votação. Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento nos seus lugares. Por gentileza, os Senhores Deputados tomem assento para fazer a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se: trinta e um Senhores Deputados Aprovam, nenhum rejeita. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 61/87 (Mensagem n. 74/87 Ex-Proposição n. 72/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e objetivos que especifica. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Em votação o Projeto de Resolução n. 61/87. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Indago da Mesa quantos Deputados se encontram na Casa. Senhor Presidente, este

Deputado no gozo de seus direitos regimentais, ainda, com o microfone, solicita de Vossa Excelência verificação de votação ou a existência de "quorum", da forma que Vossa Excelência entender melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa irá proceder à verificação de votação. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n. 61/87 queiram levantar-se. Dezesseis Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 62/87.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 118/86 e 150/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 156 e 226/87 e dos Projetos de Resolução n. 56, 57, 60 e 61/87.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 84/87.

Levanta-se a sessão.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 31.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1.987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Cândido Bastos e José Afonso Júnior.

Às onze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli,

Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 128/87, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o Hospital do Servidor Público, conforme especifica. com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. n. 77 de 03.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 128/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, cria, no Estado do Paraná, o Hospital do Servidor Público.

Em nosso Estado, a categoria dos servidores públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais e seus dependentes somam, seguramente mais de 100 mil pessoas. Um contingente significativo que confirma a necessidade de um hospital especialmente destinado ao seu atendimento. Como afirma a justificativa: "suprindo apenas uma precária cobertura ao seu corpo de servidores mediante regime de atendimento convencionado por outros hospitais da rede pública ou particulares".

Trata-se, portanto, de medida de elevado alcance social.

Como se trata de matéria meramente au-

torizatória, não vemos qualquer impedimento constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 128/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar, no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o Hospital do Servidor Público, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei nesta colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente.

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI N. 128/87

PARECER:

A Comissão de Saúde, bem como as Comissões de Finanças e Constituição e Justiça, opinam favoravelmente ao Projeto de Lei que cria o Hospital do Servidor Público do Paraná.

Entende esta Comissão, o elevado alcance social do Projeto; entretanto, manifesta a necessidade de maior detalhamento quanto ao servidor beneficiado, tal seja, servidor estatutário e servidor celetista, haja vista a distinção do atendimento previdenciário vigente, onde o IPE atende estatutários e o INAMPS, celetistas.

Sugere a Comissão de Saúde, que o presente projeto seja extensivo aos celetistas a serviço do Poder Público Estadual.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.87.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Presidente

LAURO LOBO ALCÂNTARA

Relator.

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação. (É feita a referida verificação). Doze Senhores Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma ordinária para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 128/87 e dos Projetos de Resolução n. 66, 67 e 68/87.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11.ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos trinta dias do mês de março do ano de hum mil, novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos, para a sessão de instalação, com a presença dos senhores Deputados, membros da mesma. Assumiu a presidência na forma regimental a Senhora Deputada Amélia Hruschka, que após verificar a existência de número legal declarou abertos os trabalhos destinados à eleição de Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. Foram indicados os nomes da Senhora Deputada Amélia Hruschka para a Presidência e do Senhor Deputado Algaci Túlio para a Vice-Presidência, os quais foram aceitos por unanimidade. A Senhora Presidente usou a palavra para agradecer a confiança nela depositada por todos os membros da Comissão. O Senhor Deputado Algaci Túlio também fez uso da palavra agradecendo a todos. Nada mais, havendo a tratar a Senhora Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Iolanda de Mello e Castro, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pela Senhora Presidente e demais membros da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputada AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

IOLANDA DE MELLO E CASTRO

Secretária

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

IRONDI PUGLIESI

PAULINO DELAZERI
NEREU CARLOS MASSIGNAN
WERNER WANDERER
ALGACI TÚLIO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e cinco, com a presença dos Senhores Deputados Sérgio Spada, Airton Cordeiro, Odeni Mongrue, Djalma de Almeida César, Gabriel Manoel e Tadeu Lúcio Machado, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma regimental de acordo com o artigo 40 parágrafo único do Regimento Interno, a Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka. Constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, verificou-se a apuração dos votos nos nomes da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka e Odeni Mongrue para Presidente e Vice-Presidente. Assumiu o cargo para o qual foi eleita a Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, agradeceu os membros da Comissão a confiança nela depositada. A Senhora Presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas a existência de matéria. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo de Castro, Secretária da Comissão.

(aa) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA

Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Gernote Kirinus, Pedro Tonelli, Paulo Furiatti, Alexandre Ceranto e Nereu Massignan e os seguintes convidados: Luiz Carlos Ferraz do Comitê Chile Luta, Cinésio S. Barbosa do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Curitiba, Areovaldo Figueiredo da Associação de Empregados da Empresa de Correios e Telégrafos, Expedito da Rocha do Partido Comunis-

ta Brasileiro, Pe. Nilson S. Pegorini da ARSEM, Darci Frigo do C.P.T., Deomar Ribas Bogado do Comitê de Solidariedade ao pastor Werner Fucks, Luiz Carlos Artemio Chefe do Gabinete da Liderança do Partido Liberal, Tânia Mara Izidoro Pereira da União de Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, Adalberto Prado do Sindicato dos Petroquímicos Pr., Eurico Harald do Partido Socialista Brasileiro, Antônio Francisco de Souza do Sindicato de Construção Civil de Curitiba, Elza A. Oliveira do Partido dos Trabalhadores do Paraná, Gilberto Carvalho do Partido dos Trabalhadores do Paraná e Alfredo Maron do Comitê Justiça e Não Violência de Curitiba. Havendo número legal o Senhor Vice-Presidente deu por aberta a Sessão, concedendo a palavra ao Senhor Cláudio Zupiroli que fez uma exposição do que realmente e como se encontra esta situação que envolve o Pastor Werner Fucks, como também aos demais envolvidos. Os debates da presente Reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o Senhor Vice-Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo de Castro, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO

Vice-Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos no Gabinete da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com a presença dos Senhores Deputados Ironi Pugliesi, Nereu Massignan, Paulino Delazeri, Alexandre Ceranto e Paulo Furiatti. O Senhor Vice-Presidente agradece a presença de Lideranças de Comunidades que vieram solicitar aos Parlamentares que compõem a Comissão de Direitos Humanos, um documento de solidariedade, conforme uma das propostas tiradas de uma Reunião preliminar, que aconteceu anteriormente. Uma moção parlamentar de apelo em relação ao Pastor Werner Fucks. Foi deliberado uma audiência com o Senhor Governador Alvaro Dias para o dia 21 de maio, com a participação dos Senhores Deputados membros da Comissão de Direitos Humanos e do Comitê de Solidariedade ao Pastor Werner Fucks. Envio de posição da Assembléia Constituinte e para o

Excentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney. Os debates da presente reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Vice-Presidente demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo de Castro, secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO

Vice-Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e sete, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às dez horas, reuniram-se os membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná, os Senhores Deputados Algaci Túlio, Irondi Pugliesi, Nereu Massignan, Amélia Hruschka, Luiz Carlos Alborghetti, Paulino Delazeri, Werner Wanderer e os seguintes convidados: Senhores Vitório Seratiuk, Moacir Reis Ferraz, Luiz Carlos Ferraz, Tânia Mara Pereira e Armando Garcia, todos membros participantes do Comitê Chile Luta e Associação dos Moradores e Região Metropolitana. O Senhor Vice-Presidente, agradeceu a presença de todos, dando por aberta a reunião, em seguida passou a palavra a Deputada Irondi Pugliesi onde a mesma fez uma explanação sobre a viagem ao Chile que fez juntamente com os demais membros da Comissão. Pela ordem a Deputada disse da importância do contato direto com o povo chileno e com os presos políticos, especialmente na maneira que o povo é tratado, com a maior agressão possível, chegando a quase identificar como uma "Ditadura sangrenta". Falou também do compromisso firmado de que a Comissão de Direitos Humanos juntamente com os demais parlamentares assumissem o caso dos companheiros de luta, no sentido de apadrinhar os presos políticos que tanto sofrem em outro país, mantendo contato direto com eles através da Comissão de Direitos Humanos do Chile, para que se possível amenize tal agressão. Logo após, convidou alguns dos presentes do Comitê Chile Luta, para que fizessem seus depoimentos aos demais companheiros de luta. Usando a palavra o Senhor Vitório Seratiuk fez o seu depoimento dizendo o que vira e passara no negro período que ficou exilado do Brasil sofrendo as maiores agressões e que agora do outro lado um pouco feliz pôde participar do movimento, para que, da-

qui do Brasil possa ajudar seus companheiros que lá ficaram sofrendo. Em seguida passou a palavra ao Senhor Armando Garcia, o qual fez um relato da situação global do Chile, suas causas e conseqüências. Finalizando, em nome do Comitê Chile Luta, reivindicou algumas posições do Comitê, no sentido de que esta Comissão desse um apoio solidário, baseado fundamentalmente no espírito humano e democrático de levar uma luta comum pelos direitos humanos entre um País e outro, mantendo um contato com a comissão de Direitos Humanos do Chile, através do Comitê do Chile. Após os depoimentos, a Deputada Irondi Pugliesi, sugeriu ao Presidente que marcasse e convocasse uma reunião com a OAB, Conselho da Condição Feminina Estadual e Municipal, as Entidades de Classe que apoiaram, a CUT, a CGT, o Sindicato dos Médicos e outros interessados voluntários, sendo que cada preso político fosse apadrinhado pela sua classe. Diante da sugestão da Deputada, ficou marcada uma reunião na próxima segunda-feira, às nove horas da manhã, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, com as entidades convidadas por esta Comissão. Os embates da presente reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, demais membros e por mim, Iolanda Guimarães Melo de Castro, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado ALGACI TÚLIO

Vice-Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11.ª LEGISLATURA ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou a palavra o Presidente da Comissão, Deputado Hermas Brandão, declarando abertos os trabalhos da presente reunião. Foi apreciado o Projeto de Resolução 078/87, que encaminha os processos referentes à prestação de contas individuais dos Senhores Deputados, referente ao ano de 1986, conforme determina o artigo nº 12, da Resolução nº 55, de 03 de outubro de 1983, tendo como Relator o Senhor Deputado Antônio Belinati, com parecer favorável. O presente Projeto de Resolução foi examinado e aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos

da presente reunião, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores membros da Comissão e por mim Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) Deputado HERMAS BRANDÃO

Presidente

MARIA REGINA SUBTIL

Secretária

Membros:

Deputado Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer e Antônio Belinati.

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e sete na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente, Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alexandre Ceranto, Homero Oguido e Sabino Campos. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 66/84, de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Relator: Deputado Alexandre Ceranto. Parecer CONTRÁRIO-REJEITADO. 2) Projeto de Lei nº 182/86, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer CONTRÁRIO- REJEITADO. 03) Projeto de Lei nº 167/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 63/87, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 7.682, de 08.12.82. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado CÂNDIDO BASTOS

Presidente

WILSON PENKA

Secretário.

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 13.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos, José Afonso, José Rogério e Sabino Campos. Ha-

vendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 72/84, de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Relator: Deputado JOSÉ ROGÉRIO. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 02) Projeto de Lei Complementar nº 272/84, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado CÂNDIDO BASTOS. Parecer CONTRÁRIO. PELO ARQUIVAMENTO. 03) Projeto de Lei nº 77/87, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 102/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 51/87. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 166/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 59/87. Relator Deputado JOSÉ ROGÉRIO. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 208/87, de autoria do Deputado David Cheriegate. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de nº 226/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 78/87. Relator: Deputado José Rogério. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. A seguir o Senhor Presidente diz que pretende antecipar o horário da reunião, desta Comissão, para as 13:30 horas. Colocado em votação, todos os presentes concordaram. Após a votação fica definido que a partir da próxima reunião dia 11.11.87, o horário fica antecipado para as 13:30 horas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

WILSON PENKA

Secretário.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de setembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Ger-note Kirinus e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão: José Domingos Scarpellini, Irondi Pugliesi, João Arruda, Rafael Greca de Macedo e Lauro Alcântara, bem como os Senhores Deputados Valderi Mendes Vilela e José Rogério. A presente reunião contou com a presença do Senhor Roberto Ribas Lange, Vice-Presidente da ADEA - Associação de Defesa e Educa-

ção Ambiental e, membro da CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, que foi convidado para debater sobre os problemas do Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono, do Senhor Prefeito Luciano Kreutz, Prefeito da Cidade de Missal e do Senhor Amauri Escudero Martins, Secretário Geral da Juventude do PMDB do Paraná. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, a pedido do Senhor Deputado João Arruda. O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, lendo o relatório da viagem à Estrada do Colono, na qual os Senhores Deputados participaram da comitiva, documento que se encontra arquivado na Comissão. O Senhor Presidente passou a palavra ao depoente, Senhor Roberto Lange, o qual fez um histórico sobre a Colonização do Oeste do nosso Estado. Sobre a situação do Parque, disse reconhecer que há conflitos de interesses locais e nacionais, e que o Parque já está sendo reconhecido internacionalmente pela UNESCO. Referiu-se ao Parque, como uma conquista da sociedade brasileira e a preservação dele diz respeito a todos os brasileiros, prevalecendo assim os interesses maiores sobre os menores. O Senhor Presidente deu por aberto o debate, no qual fizeram uso da palavra os Senhores Deputados: José Domingos Scarpellini, que abordou sobre a proibição da entrada dos Senhores Deputados ao Parque Nacional do Iguaçu e participando do debate. Rafael Greca de Macedo, requereu, através do Senhor Presidente, que o Senhor Roberto Lange faça um relatório do impacto ambiental e análise do Projeto do D.E.R.. Solicitou ao depoente, a indicação de instituições internacionais para que a Comissão dirija-se, no caso da conveniência de uma peritagem. O Senhor Roberto Lange indicou a WWF - Fundo Internacional para Vida Selvagem; Setor de Parques Nacionais da Alemanha ou dos Estados Unidos; a WICOMOS, Organização Civil que julga os processos de tombamento a nível internacional. Irondi Pugliesi, participou do debate e ressaltou a importância do depoimento do Senhor Roberto Lange. João Arruda fez colocações sobre o assunto. José Rogério, participou do debate e fez referência ao I.B.D.F.. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Roberto Lange o qual agradeceu o convite feito pela Comissão, estando à disposição dos Senhores Deputados. Todos os depoimentos e debates desta reunião, encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Roberto Lange e dos Senhores Deputados, declarando encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que se produza os efeitos legais.

(a) Deputado GERNOTE KIRINUS

Presidente
MARISA COUTO DE CRISTO
Secretária.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11. LEGISLATURA ATA DA 6. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Gernote Kirinus e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão: José Domingos Scarpellini, João Arruda, Rafael Greca de Macedo e Kielese Crisóstomo da Silva, bem como o Senhor Deputado Pedro Tonelli. A presente reunião contou com a presença do Senhor Marcos Reinstein, engenheiro agrônomo, e do Senhor Walmor Marcelino, Presidente do Partido Socialista Brasileiro, que foram convidados para debater sobre os problemas do Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, a pedido do Senhor Deputado João Arruda. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra, primeiramente, ao Senhor Walmor Marcelino, o qual disse, não poder dar uma contribuição técnica sobre o assunto, preocupando-se em como realizar um Projeto democrático da Estrada, visando a conservação do Parque Nacional do Iguaçu. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Marcos Reinstein, o qual fez colocações sobre a administração dos Parques Nacionais, de modo geral. Há necessidade de uma integração de natureza e vida, natureza e sociedade, isto é, a humanização da natureza. Tem que haver discussão das partes interessadas, na situação do Parque Nacional do Iguaçu, e a Estrada do Colono, sabendo conceituar o que querem, com amplitude, para que o Parque sirva de lição para a humanidade, procurando entendê-lo no sentido social e econômico. O Senhor Presidente deu por aberto o debate, no qual fizeram uso da palavra os Senhores Deputados José Domingos Scarpellini, João Arruda, Pedro Tonelli e Rafael Greca de Macedo. O Senhor Presidente, Deputado Gernote Kirinus, passou a Presidência ao Senhor Deputado José Domingos Scarpellini, para participar do debate e fazer algumas colocações. O Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, requereu a esta Comissão, que seja feito pelo D.E.R., um estudo quanto as alternativas de transportes entre os Municí-

prios de Capanema e Medianeira, sem ferir o Parque. O Senhor Presidente, passou a palavra aos depoentes, os quais agradeceram o convite feito pela Comissão, estando a disposição dos Senhores Deputados. Todos os depoimentos e debates desta reunião, encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor presidente agradeceu a presença dos Senhores Marcos Reinstein e Walmor Marcelino, bem como a dos Senhores Deputados, declarando encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que se produza os efeitos legais.

(a) Deputado GERNOTE KIRINUS

Presidente

MARIA COUTO DE CRISTO

Secretária.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO-AMBIENTE
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA
ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Sr. Deputado Gernote Kirinus e com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão: José Domingos Scarpellini, João Arruda, Algaci Túlio e Antônio Costenaro, bem como os Srs. Deputados Caíto Quintana e Pedro Tonelli. A presente reunião contou com a presença do Dr. Adolpho Mariano da Costa, prefeito da cidade de Medianeira, que foi convidado para debater sobre os problemas do Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono, do Sr. Pedro Paiva, Assessor do Prefeito e do Sr. Irineu Pelissari, da Rádio Independência da cidade de Medianeira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, solicitando à Secretária, a leitura da Ata da reunião anterior. O Sr. Presidente iniciou os trabalhos, lendo o Requerimento de número 042/87, enviado a esta Comissão pela Câmara Municipal de Guaíra, o qual solicita à mesma, para se pronunciar sobre a construção da Ponte eclusas no Rio Paraná, em Guaíra. Comunicou aos Srs. Deputados presentes, ser esta a última reunião a tratar sobre o assunto referente ao Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Prefeito Adolpho Mariano da Costa, o qual fez colocações sobre as alternativas da reabertura da Estrada do Colono, a qual deverá existir para a preservação do Parque Nacional do Iguaçu. Fez um histórico sobre o Parque e críticas em re-

lação ao Plano de Manejo do mesmo, feito em Brasília no ano de 1981, o qual, pelo Decreto n. 84.017/79, artigo 43, § 2.º, deverá sofrer revisão periódica a cada cinco anos. Deixou à disposição desta Comissão, xerox de documentações que foram apresentadas durante a reunião. O Sr. Presidente deu por aberto o debate, no qual fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Antônio Costenaro, João Arruda e Pedro Tonelli. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Prefeito Adolpho Mariano da Costa, o qual agradeceu o convite feito pela Comissão, estando à disposição dos Srs. Deputados. Todos os depoimentos e debates desta reunião, encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Prefeito, dos Srs. Deputados e demais participantes, convocando a Comissão para a próxima quarta-feira, dia 04 de novembro, às 16:30 horas, onde será ouvido o relatório final sobre a matéria em pauta e, declarando encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) GERNOTE KIRINUS - Presidente

Marisa Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Gernote Kirinus e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão: José Domingos Scarpellini, João Arruda, Dirceu Manfrinato, Antônio Costenaro, Quielise Crisóstomo da Silva, Algaci Túlio e Sabino Campos, bem como a dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Pedro Tonelli e, ainda do ex-Deputado José Antônio Fonseca e do Senhor Ignácio Donel, Presidente da AIPOPEC. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e, a pedido do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, dispensou a leitura da Ata da reunião anterior. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu aos depoentes, convidados pela Comissão: Doutor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes; Doutor Wagner Brussolo Pacheco, Procurador Geral do Estado, Senhor Ignácio Donel, Presidente da AIPOPEC; Senhor Eládio Del Rosal, Assessor Técnico do Departamento de Recursos Naturais e Renováveis do ITCE; Senhor Roberto Ribas Lange, Vice-Presidente da ADEA; Senhor Marcos Reinstein, Engenheiro Agrônomo; Se-

nhor Walmor Marcelino, Presidente do Partido Socialista Brasileiro e o Doutor Adolpho Mariano da Costa, Prefeito da cidade de Medianeira, os quais trouxeram subsídios importantes às reuniões realizadas por esta comissão, referentes a situação do Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono. O Senhor Presidente também agradeceu a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão, bem como, a dos Senhores Deputados convidados, que participaram de todas as reuniões e, ainda, aos Senhores Deputados que visitaram "in loco" a Estrada do Colono. Em seguida o Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Ignácio Donel, pelo quadro-maquete da Estrada do Colono, enviado a esta Comissão. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado José Domingos Scarpellini, Relator da matéria, o qual, apresentou e fez a leitura do Parecer conclusivo, referente a situação do Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono. Em seguida o Senhor Presidente colocou em Votação: PARECER FAVORÁVEL, do Relator Senhor Deputado José Domingos Scarpellini, que foi aprovado por unanimidade pelos Senhores Deputados: João Arruda, Sabino Campos, Algaci Túlio, Antônio Costenaro, Quielse Crisóstomo da Silva, Dirceu Manfrinato e, acompanharam a Votação, os Senhores Deputados, Caíto Quintana e Pedro Tonelli. O Parecer conclusivo da matéria em pauta, passa a fazer parte integrante da presente Ata. O Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados participantes desta reunião, bem como, a imprensa, pela divulgação dos trabalhos realizados - por esta Comissão, e ainda, ao assessoramento de funcionários da Casa, que participaram ativamente de todas as reuniões. O Senhor Presidente, convocou a Comissão, para a próxima quarta-feira, dia 11 de novembro, às 16.30 horas, tendo como convidados, Senhores Deputados do Estado de Goiás, os quais se pronunciarão sobre os problemas do césio, naquele Estado. Em seguida o Senhor Presidente referiu-se ao Requerimento enviado pela Câmara Municipal de Guaíra, a esta Comissão, a qual, numa ocasião oportuna, fará uma visita "in loco". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

(a) GERNOTE KIRINUS

Presidente

MARISA COUTO DE CRISTO

Secretária.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER REFERENTE AO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A ESTRADA DO COLONO

O Relator da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresenta o seguinte Parecer, provisório, aos demais integrantes da Comissão:

"Ao longo das últimas reuniões, as nossas atenções centralizaram-se na questão do PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A ESTRADA DO COLONO. A Comissão preocupou-se em ouvir ecologistas, técnicos, juristas, parlamentares, lideranças políticas, autoridades e lideranças da Região próxima ao Parque, assim como dirigiu-se até o Parque para ter uma visão mais abrangente possível. Do mesmo modo, as nossas reuniões aqui na Casa, sempre tiveram a preocupação de obter a mais diversificada participação e o mais amplo leque de opiniões.

Após este tempo e tais procedimentos, cabe ao Relator da Comissão apresentar o seu Parecer. Caracterizo-o de provisório pois ele terá que ser apreciado e, certamente, melhorado pelos demais integrantes da Comissão. Entretanto, o Parecer, ao ser provisório, nem por isso deixa de ser conclusivo, mesmo porque não cabe a cômoda posição de analisar, ponderar, ouvir opiniões, observar, sem nada concluir.

O Parque Nacional do Iguaçu situa-se em meio a uma das mais devastadas regiões brasileiras. A agricultura voltada para a exportação, sob o lema "Exportar é o que importa", levou ao desmate generalizado desta e de outras regiões agrícolas do País, como resultado natural do regime autoritário de então.

Apesar disso, o Parque Nacional do Iguaçu, graças ao esforço da população circunvizinha, resistiu e conseguiu sobreviver. Mais do que isso: o Parque Nacional do Iguaçu é um dos melhores - senão o melhor dos parques nacionais. Corresponde o mesmo, a 1/5 da reserva florestal nativa do Paraná, sendo inquestionável a sua importância pois, praticamente todos os remanescentes da fauna e da flora do Paraná estão concentrados nesta área, sem similar no mundo em termos de banco genético.

A Estrada do Colono, com seus 17,6 Km de extensão, atravessa o Parque em sua parte mais estreita e ao longo dos seus 64 anos de existência, tem desempenhado papel fundamental em termos de integração regional. Ela é parte integrante da cultura, da psicologia social da população localizada em torno do Parque, em cuja identidade e auto-compreensão tem função destacada e irremovível.

Pelo colocado até aqui, impõe-se compreender o Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono em seus múltiplos aspectos, relações e inter-relações. A relação

ser humano e meio ambiente implica uma interação recíproca, pois isolados um do outro, ambos carecem de sentido. Não existe um meio natural independente do homem; não existe separação entre sistema social e sistema natural, devendo ambos, ser compreendidos como partes de um todo, como dois subsistemas inter-relacionados, integrados a um sistema maior.

O Parque não pode pretender constituir-se em uma "ilha" dentro de uma região, pois em torno dele há um sem número de propriedades que se dedicam a atividades agropecuárias e cujos limites territoriais encostam no Parque. Não administrar tal situação, em termo de atividades ecológicamente sustentáveis, não é apenas uma atitude suicida - que abdica da racionalidade, como também cientificamente obsoleta. Além disso, esperar que a população pobre que mora próxima ao Parque, não o use como meio de sobrevivência, é querer que optem pela morte e implica na necessidade de um modelo autoritário de conservação da natureza, em detrimento daquele que deve ser o seu maior beneficiário - o ser humano.

Constata-se que na Região, tem se desenvolvido uma das mais enraizadas consciências ecológicas do Estado e talvez do País. As microbacias, os projetos de preservação e manejo do solo, o uso de controle biológico das pragas o cuidado para não contaminar os rios que correm para dentro do Parque, que são indicadores inquestionáveis desta consciência. Ademais, o Parque Nacional do Iguaçu, é hoje o melhor parque brasileiro, após 64 anos de existência da Estrada do Colono, provando que ela serviu para conservá-lo. Em outras palavras: até aqui a interação entre a população e o Parque, via Estrada do Colono, tem evidenciado características pedagógicas que precisam ser mais desenvolvidas. A melhor maneira de se despertar a consciência do quanto a conservação da natureza é importante para vida do ser humano, é o exemplo prático de uma área conservada, tendo-se acesso a ela. Assim, é imperioso concluir que a Estrada do Colono é muito mais ecológica aberta do que fechada.

No entanto, a isto deve ser acrescentado que o Projeto elaborado pelo DER, que o denomina de "estrada-parque", não resiste a uma análise mais conscienciosa. Além disso, não se pode querer que a Estrada do Colono seja uma via de trânsito destinada a atender os interesses econômicos localizados de um e de outro lado do Parque.

Finalmente, de um ponto de vista legal, cabem ainda duas observações:

O § 2º do Decreto-Lei n. 84.017, de 21.09.79, diz:

"O Plano de Manejo sofrerá revisão periódica a cada 5 anos, obedecendo-se no

entanto o estabelecido no plano básico".

Entretanto, de 1979 até hoje, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu não foi revisado.

O artigo 24 deste mesmo Decreto diz o seguinte:

"É vedada a execução de obras que visem a construção de teleféricos, ferrovias, rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão ou outras, que não sejam de interesse do Parque".

A Estrada do Colono é, sempre foi e sempre será de interesse do Parque. Portanto, se for interpretado literalmente este Artigo do regulamento dos parques, fazendo-se uma análise correta, hermenêuticamente exata, não é possível uma decisão contra a Estrada do Colono, pois ela durante 64 anos ajudou a preservar o Parque e a despertar a consciência ecológica na Região, e além.

A Estrada do Colono é inegociável, sob pena do Parque não sobreviver: o que é negociável é a forma de reabri-la.

Assim sendo, o Parecer desta Comissão é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04/11/87.

(aa) GERNOTE KIRINUS
Presidente

JOSÉ D. SCARPELLINI
Relator

e mais 8 (oito) assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ATA DA 20.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Erondy Silvério, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, Nelson Vasconcellos, Basílio Zanusso e Homero Oguido. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 240/87, de autoria do Deputado David Cheriegate. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 02) Projeto de Lei n. 276/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 3) Projeto de Lei n. 103/86, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 282/87, de autoria do Deputado Valderi Viela e outros. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n. 280/87, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer CONTRÁ-

RIO. REJEITADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves Secretária da Comissão.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

e mais 7 (sete) assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

11.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores deputados: Hermas Brandão, Artagão de Mattos Leão e Acyr Mezzadri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 246/87 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 87/87. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 253/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 89/87. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO

Secretário

e mais 3 (três) assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

BANCO DEL PARANÁ

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos dez dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 9:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, compareceram o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, Presidente, e o Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, membro titular desta Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no Banco do Estado do Paraná S/A e no Banco Del Paraná, com o propósito de se realizar a 3.^a Reunião Ordinária. Aberta a reunião, o Senhor Presidente constatou não haver nú-

mero legal e o não comparecimento do Depoente Liryo Bertoli, convocado à comparecer perante esta Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir efeitos legais, será assinado o presente Termo de Ata pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Idília Débora Gíneste, funcionária da Coordenadoria de Apoio às Comissões, que secretariei a presente reunião.

EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

IDÍLIA DÉBORA GÍNESTE

Secretária

e mais 4 (quatro) assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

BANCO DEL PARANÁ

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos onze dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 9:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, compareceram o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, Presidente, e os Senhores Deputados Artagão de Mattos Leão e David Cheriegate, membros titulares desta Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no Banco do Estado do Paraná S/A e no Banco Del Paraná, com o propósito de se realizar a 2.^a Reunião Extraordinária. Compareceram, também, à presente reunião o Senhor Juarez Elias Saru, na qualidade de depoente, convocado à comparecer a esta, acompanhado de seu advogado, Dr. Narezi. Aberta a reunião, o Senhor Presidente constatou não haver número legal, esperando-se 40 minutos pela presença do senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, que havia confirmado seu comparecimento à reunião. O Senhor Presidente declarou a impossibilidade de se esperar por mais tempo a vinda do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, que chegou após o término da reunião. O Senhor Presidente transferiu para a próxima reunião (dia 17 do corrente, às 10:00 horas) o depoimento do Senhor Juarez Elias Saru. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar e produzir seus efeitos legais, será assinado o presente Termo de Ata pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Idília Débora Gíneste, funcionária da Coordenadoria de Apoio às Comissões, que secretariei a presente reunião.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

IDÍLIA DÉBORA GÍNESTE

Secretária

e mais 4 (quatro) assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

BANCO DEL PARANÁ

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Artação de Matos Leão e Acyr Mazzadri, membros efetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no Banco do Estado do Paraná S/A e no Banco Del Paraná, mais a presença dos Senhores Deputados Algaci Túlio, substituindo o Deputado Rafael Greca de Macedo e Pedro Tonelli, líder do PT. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, solicitando à Secretária que fizesse a

leitura da Ata anterior que é Aprovada. Em seguida o Senhor Presidente comunica a presença do depoente Senhor Mário Dionísio Almeida o qual após prestar o compromisso legal, respondeu às indagações dos Senhores Deputados, previamente inscritos, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Hilda Maria César de Oliveira, Secretária da Comissão.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

HILDA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA

Secretária

e mais 4 (quatro) assinaturas ilegíveis.